

Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo¹

Demian Bezerra de Melo

Professor História Contemporânea na
Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis – UFF)

¹ Agradeço a leitura generosa e as sugestões que os seguintes interlocutores deram a esse artigo: Rejane Hoeweler, Marco Pestana, Felipe Demier, Daniela Mussi e Sonia Regina de Mendonça. Os eventuais equívocos, como de resto todas as ideias presentes neste texto são de inteira responsabilidade do autor.

Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo

Resumo: Desde os anos 1970 a historiografia do fascismo tem investigado a questão do consenso conseguido pelos regimes instituídos na Itália e na Alemanha no entre-guerras. Renzo De Felice é considerado o autor que introduziu esta temática num dos volumes da biografia, escrita por ele, de Mussolini. O propósito deste artigo é o de discutir como, antes deste autor, os dirigentes comunistas italianos Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti discutiram a capacidade do fascismo produzir o consenso, recorrendo especialmente aos *Cadernos do cárcere* de Gramsci e ao curso lecionado por Togliatti em Moscou em 1935.

Palavras-chave: 1. Fascismo; 2. Antonio Gramsci; 3. Palmiro Togliatti.

Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti and consensus under fascism

Abstract: Since the 1970s the historiography of fascism has investigated the issue of the consensus reached by the regimes established in Italy and Germany in the interwar period. Renzo De Felice is considered the author who introduced this theme in one of the volumes of his biography of Mussolini. The purpose of this article is to discuss how, prior to this author, the Italian communist leaders Antonio Gramsci and Palmiro Togliatti had discussed fascism's capability to produce consensus, using especially Gramsci's *Prison Notebooks* and the course taught by Togliatti in Moscow in 1935.

Keywords: 1. Fascism; 2. Antonio Gramsci; 3. Palmiro Togliatti.

“Certamente, é verdade que Gramsci disse muitas coisas mordazes sobre a democracia parlamentar e sobre o “Ocidente”; também é verdade que seu interesse pela linguística histórica, pelo teatro, pelo folclore e pela literatura popular, e por figuras culturalmente hegemônicas, como Maquiavel, Dante e Croce, foi de fato extenso. Mas o ponto crítico da obra reside, creio, em outra parte – e reside exatamente naquela coisa que é sempre reconhecida como a condição de sua prisão mas é sempre deslocada como a cavilha de roda de suas reflexões –, a saber, no fascismo”.

(Aijaz Ahmad)

A maior parte da historiografia atribui a Renzo De Felice (1929-1996) a introdução do estudo do consenso sob o regime fascista italiano (PAINTER JR., 1990; GENTILE, 1997; CALLEJA, 2001; CANALI, 2011). A temática foi discutida pelo historiador italiano no terceiro volume da magistral biografia que escreveu sobre Benito Mussolini, nas duas partes: *Gli anni del consenso* (1974) e em *Lo stato totalitario* (1981). A verdade é que, antes dele, seu mestre Federico Chabod (1901-1960) já havia tratado do tema do apoio social ao fascismo, numa série de aulas que proferiu em Paris após a Segunda Guerra Mundial (CHABOD, 1963 [1950]).

A questão do apoio social é uma das poucas onde a historiografia italiana do fascismo foi pioneira na introdução de uma problemática em face daquela dedicada ao fascismo alemão, muito mais desenvolvida em diversos aspectos, mas que só visitaria essa questão a partir dos anos 1980 (Cf. PEUKERT, 1987; KERSHAW, 1987; GELLATELY, 1990; 2011 [2001]).² Ainda hoje esse tema ocupa

² Sobre esse assunto, de Ian Kershaw, disponível em português, vale conferir particularmente o capítulo 4 de *Hitler – um perfil do poder* (KERSHAW, 1993, p. 91-110).

uma importante posição na agenda de estudos sobre os fascismos do entre guerras (cf. PAXTON, 2007, p. 378), como também de outras experiências ditatoriais do século XX (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010), inclusive das ditaduras militares latino-americanas (Lvovich, 2010; Reis, 2014).

O propósito do presente artigo é contribuir com a investigação sobre o surgimento desta questão, explorando-a antes que a pesquisa acadêmica no campo disciplinar da História pudesse lhe dar alguma atenção. Abordaremos a contribuição marxista ao tema do apoio social aos regimes fascistas, destacando os trabalhos dos italianos Antonio Gramsci (1891-1937) e Palmiro Togliatti (1893-1964), dois intelectuais e dirigentes do Partito Comunista d'Italia (PCd'I). Embora sejam sempre lembrados como autores que fugiram dos esquemas simplificadores do marxismo emanados dos manuais soviéticos, ainda não se escreveu um estudo sistemático da contribuição desses autores à historiografia do fascismo neste quesito, sendo este um dos objetivos do presente texto. Cabe preliminarmente apresentar de forma sumária a leitura defeliciana sobre o tema do consenso, de modo a poder também destacar suas diferenças com a problemática marxista.

Renzo De Felice e o consenso fascista

Com um trabalho comprometido com a desconstrução das narrativas antifascistas sobre o fascismo, em razão de uma suposta construção de uma análise mais objetiva (“afascista”, ou “anti-antifascista”) sobre o fascismo, De Felice teve a publicação de sua biografia de Mussolini envolta em diversas polêmicas, a começar pelo tema do consenso. A idéia do consenso foi tida como ofensiva para setores identificados ideologicamente com o antifascismo. Comunista na juventude e discípulo do historiador marxista Delio Cantimori (1904-1966),³ De Felice afastou-se do PCd'I em 1956, diante da crise do movimento comunista internacional desencadeada naquele ano pela invasão soviética à Hungria e pela denúncia do terror stalinista por Nikita Khrushchev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Como muitos de

³ A quem De Felice dedicaria os volumes da biografia de Mussolini discutidos aqui.

semelhante trajetória, migrou paulatinamente para a direita liberal. Já no fim da vida, quando estava completando sua obra biográfica do líder fascista, o clima do berluconismo parece ter oferecido o cenário ideal para que carregasse nas tintas na desqualificação da Resistência.

O empreendimento de escrever uma biografia de Mussolini surgiu da oportunidade de, ainda nos anos 1950, ter tido acesso à documentação referente ao período do fascismo no poder. Na interpretação defeliciana, o fascismo é um fenômeno político surgido das condições da transição da sociedade tradicional para a moderna na Itália, e sua base social eram as camadas médias emergentes.⁴ Levando a sério o discurso produzido pelos próprios fascistas, afirma haver um caráter “revolucionário” no regime fascista, numa leitura, embora bastante usual, muito problemática.

Sua tese é apresentada com base na dinâmica da adesão popular ao regime em seus vinte anos de existência, sendo apontada a existência de um consenso após o período de consolidação da ditadura (1925-1929), entre 1929 até 1936, quando chegou ao auge. De acordo com o autor, esse grande apoio social foi conseguido através do controle pelo Estado dos meios de comunicação e do sistema educacional, além de um bem sucedido acordo com a Igreja. O acordo firmado entre o regime fascista com o papa Pio XI em 1929 – resolvendo uma antiga questão do Estado italiano desde 1870 (quando tropas italianas invadiram Roma e liquidaram o Estado pontifício) –, permitiu uma ampliação da interlocução do regime com a base católica de massas.⁵ Esse acordo resultou no apoio da Igreja às eleições plebiscitárias de março de 1929, quando o Partido Nacional Fascista (PNF), o único concorrente, alcançou 98,4% dos sufrágios.

O auge do apoio social ao regime teria ocorrido no contexto da guerra contra a Etiópia, entre 1935-1936, quando Mussolini pôde explorar as temáticas do nacionalismo e do imperialismo através da retórica fascista da Itália como “nação proletária”. Entretanto, De Felice alega que, um pouco depois, no contexto da intervenção italiana na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e principalmente quando das leis racistas antisemitas de 1938, tal apoio social ao

⁴ Numa chave teórica que De Felice vai buscar na sociologia da modernização latinoamericana, particularmente nos trabalhos do sociólogo ítalo-argentino Gino Germani.

⁵ O que não impediu contradições posteriores entre o regime e a Igreja, especialmente em 1931 e 1938.

regime teria se fragilizado, tornando-se mais passivo. Sobre este último aspecto, é preciso lembrar que os judeus italianos estavam bem integrados naquela sociedade desde a formação do Estado nacional no século XIX, para se dimensionar o trauma representado pela aprovação daquela legislação. Não obstante, no início da Segunda Guerra, o consenso social já seria forte novamente (DE FELICE, 1981, p. 164-165 e 252-253). De acordo com o autor, só mesmo a derrota iminente da Itália em 1942-1943 teria acabado com o notável apoio popular ao regime.

Ademais, De Felice estabeleceu uma distinção entre um consenso *ativo* e *passivo*, com toda uma série de atitudes escalonadas que iam da resignação à adesão, do desvio/dissidência à oposição ativa. À diferença dos sistemas autoritários de tipo tradicional, a organização do consenso mediante instrumentos de difusão cultural e de comunicação social foi outro aspecto essencial do fascismo, que inclusive lhe deu uma conotação moderna. Observa-se que, ao contrário da forma como os autores marxistas italianos (que discutiremos mais à frente) veem essa questão, De Felice busca teorizar o consenso não a partir de algo como “dominação de classe”, mas como o resultado das diferentes atitudes individuais frente ao poder, principalmente frente à figura carismática de Mussolini.

Contudo, sua abordagem do consenso é capaz de admitir as dificuldades enfrentadas pelo regime em certas situações, como a decorrente do impacto da Grande Depressão do início dos anos 1930 (ID., 1974, p. 55-56). O autor assinala os efeitos dramáticos da crise, tendo o número de desempregados crescido de 300 mil, em 1929, para quase um milhão e meio em 1933, sendo ainda 765 mil, em 1935, quando a economia italiana registrava sinais de recuperação. Não parece ter sido fácil ao regime conquistar o consenso naquele contexto, especialmente por ter tomado medidas como as de reduzir os salários em 8% para operários e funcionários e em 15% a 25% para os assalariados agrícolas, em dezembro de 1930. De Felice não deixa de registrar também as perturbações sociais que acompanharam este quadro, com o aumento das manifestações de rua (num total de mais de mil, entre 1931 e 1933) e mesmo greves fabris, que apesar de proibidas pela lei fascista ocorreram de forma significativa entre 1930 e 1933, num número superior a 550 paralisações durante esse período (ID., p. 63-65).

Na tese defelicianiana sobre a criação do consenso é atribuída grande importância à mobilização popular nos mitos e ritos do regime, nas comemorações públicas do calendário cívico fascista, além da rede de instituições criadas para integrar os indivíduos desde o nascimento até à vida adulta nas estruturas do Partido Nacional Fascista. Ao contrário de um movimento informado por ideias dispares, o fascismo é entendido por esta tradição historiográfica como uma ideologia coerente, com uma proposição para a criação de um “homem novo” e um “novo mundo”, caracterizada pelo discípulo dileto de De Felice, Emílio Gentile, como uma “religião civil” (cf. GENTILE, 2007).

Tal como De Felice, Federico Chabod havia assinalado que, embora tenha havido forte adesão ao regime entre 1929 e 1934, o auge do consenso fascista ocorreu no contexto da Guerra da Etiópia, 1935. Para Chabod, no entanto, o próprio conflito etíope acabou jogando a Itália nos braços da Alemanha hitlerista, e, diferentemente de De Felice, Chabod considera que a partir do envolvimento da Itália na Guerra Civil Espanhola – que coincide com a constituição do Eixo Roma-Berlim –, teria se iniciado uma cisão entre as massas italianas e o regime de Mussolini. De acordo com Chabod, com as leis raciais antisemitas de 1938, a Igreja católica teria passado majoritariamente para a oposição ao regime (uma tese bem difícil de sustentar). A entrada na Guerra Mundial acabaria por desmoronar o regime, para Chabod (1963, p. 107-150), enquanto que, como vimos, De Felice considera que houve uma retomada do apoio social a Mussolini no contexto imediatamente anterior ao início da guerra.

Interessante é que essa leitura de Chabod publicada na Itália no início da década de 1960 não levou a qualquer incômodo no debate público italiano. Já em outro contexto, o tema do consenso gerou uma importante controvérsia na historiografia italiana nos anos 1970, especialmente desencadeada em razão de uma entrevista que Renzo De Felice concedeu ao historiador americano Michael A. Ledeen.⁶ Nesta entrevista,⁷ o historiador italiano retomou questões

⁶ Discípulo de um importante especialista em nazismo que foi interlocutor de De Felice, George Mosse. Cf. Traverso (2012).

⁷ Publicada em italiano em 1976 com o título *Intervista sul fascismo*, utilizamos a edição brasileira (DE FELICE, 1988).

que já haviam aparecido em *Gli anni del consenso*, mas carregou em afirmações que de certo modo descambaram num tom apologético do fascismo (onde sugeria aspectos positivos do mesmo!), ao mesmo tempo em que a esquerda era alvo de críticas mordazes. Em uma passagem sobre o que chamou de período de consenso, afirmou que:

“Pensa-se mais nos danos que o fascismo esconjurou que no problema de estabelecer se tinha trazido verdadeiros benefícios. O consenso é dirigido para o que não se tem, para as desvantagens que se conseguiram evitar, para a “segurança” de vida que, bem ou mal, o fascismo assegurou aos italianos” (DE FELICE, 1988 [1975], p. 48).

A maior parte de seus críticos considera que De Felice confia demais nas fontes fascistas que consulta para investigar o apoio social ao fascismo. Outro problema é que inflaciona o consenso – a partir da ênfase na ideologia e psicologia de Mussolini –, esvaziando a coerção, aspecto central em qualquer regime ditatorial.

Para alguns, não teria havido um “verdadeiro consenso”, pois não teria havido uma “verdadeira participação”, como no argumento de Guido Quazza (1976, p. 70-104). A crítica de Quazza, no entanto, não foi bem sucedida em termos historiográficos: em primeiro lugar, por não ter sido capaz de desconstruir os elementos empíricos presentes na interpretação defeliciana; em segundo, por parecer demasiado moralista, e não foram poucos os que identificaram-no com uma simples defesa da memória da Resistência – uma ideologia estruturante da República italiana fundada após 1945 (ALBANESE; PERGHER, 2012, p. 9). Não obstante, até hoje existem especialistas que rejeitam a leitura defeliciana do consenso em termos parecidos, como Martin Blinkhorn.⁸

Mas a influência das proposições de Renzo De Felice cresceu ao longo dos anos e realmente não é injusto assinalar que foi sua intervenção que colocou a

⁸ “O que parece ter sido uma aceitação passiva generalizada do regime no início da década de 1930 inspirou importante historiador italiano do fascismo, Renzo De Felice, a chamar esses anos de “anos de consenso”. Essa noção – é compreensível – ofende italianos e não italianos para os quais o consenso aparente não pode ser dissociado da censura, da propaganda deliberada enganosa e da repressão pura e simples usada para impingir-lo. A crítica é razoável, desde que consenso – se é que significa algo – implique uma liberdade ativa de escolha que nem mesmo De Felice pode convencer-nos ter sido usufruída pelos italianos sob o fascismo.” (BLINKHORN, 2009, p. 72-73).

questão do consenso na agenda da pesquisa acadêmica sobre o fascismo (PAINTER JR., 1990; GENTILE, 1997). E se nos anos 1970 sua leitura sobre o consenso provocou muitas objeções que repercutem até hoje, no início dos 1980 a discussão na historiografia era sobre a extensão do consenso, e não mais o questionamento de sua existência. O próprio Instituto Gramsci de Roma, em maio de 1982, realizou uma sessão para examinar as proposições de Renzo De Felice, que havia retomado o tema no volume *Lo stato totalitario* de sua biografia de Mussolini.⁹ As restrições de Quazza, por exemplo, foram rejeitadas e se concluiu que era legítimo o emprego da noção de *consenso* para tratar do fascismo. Contudo, foi enfatizada a necessária relação do *consenso* com a *coerção* (CANALI, 2011, p. 96).

O consenso segundo os contemporâneos

O exame do discurso ideológico fascista indica como a questão do consenso era parte da própria retórica dos intelectuais do regime. O próprio Mussolini havia abordado a questão em discurso na Câmara em 1923, reproduzido no artigo “Forza e consenso”, na revista fascista *Gerarchia*. Em polêmica com a oposição liberal, advertiu que o consenso não seria eficaz para manter a liberdade, já que este seria “mutável como a forma da areia à beira-mar” (MUSSOLINI, 1956a, p. 196). Posteriormente, em sua tese de láurea, também publicada no mesmo periódico fascista, Mussolini lembrou a passagem de *O Príncipe* onde Maquiavel afirmara que “todos os profetas armados venceram e os desarmados arruinaram-se. Porque a natureza dos povos é diversa e é fácil persuadi-los de uma coisa, mas é difícil que permaneçam naquela persuasão” (*apud* MUSSOLINI, 1956b, p. 254).

Outro que abordou o tema foi Giovanni Gentile (1875-1944), um ex-liberal que se passou para o fascismo no início do regime, assumindo a pasta da Instrução Pública entre 1922 e 1924 e que depois dirigiria a monumental

⁹ Ver a discussão na revista *Passato e Presente* (Roma, n. 1, 1982, p. 3-30), *Discussioni. Il Mussolini di Renzo De Felice*, com a participação de Adrian Lyttelton, Jens Petersen e Gianpasquale Santomassimo.

Enciclopedia Italiana. Na virada para os anos 1930, o filósofo neoidealista assim concebia a relação entre o Estado e a sociedade almejada pelo fascismo:

“O fascismo quer o Estado forte, orgânico e ao mesmo tempo apoiado em uma ampla base popular. O Estado fascista reivindicou para si o campo econômico e, através das instituições corporativas, sociais, educativas por ele criadas, o sentido do Estado chega até às extremas ramificações, e no Estado circulam, enquadradas nas respectivas organizações, todas as forças políticas, econômicas, espirituais da nação.” (*apud* GENTILE, 1988, p. 46)

Entre os seus opositores, o tema da base de massas do fascismo foi pautado por alguns marxistas já nos anos 1920, de que é exemplo a intervenção da dirigente comunista alemã Clara Zetkin (1857-1933), que em 1923, numa reunião do Comitê Executivo da Internacional Comunista, afirmou: “O erro do partido comunista italiano consistiu, principalmente, no fato de considerar o fascismo apenas como um movimento militar-terrorista, e não como um movimento de massas, com profundas bases sociais.” (*apud* POULANTZAS, 1972, p. 94).

A verdade é que avaliações mais finas foram produzidas pelos comunistas italianos ao longo dos primeiros anos do regime fascista, de que são exemplos os escritos e intervenções políticas de Gramsci, que mesmo antes do fascismo chegar ao poder foi capaz de levá-lo à sério, embora em algumas situações tenha erroneamente previsto sua *débâcle*, como na crise do “delito Matteotti”.¹⁰ Identificando-o desde o início como um movimento da pequena-burguesia urbana (GRAMSCI, 1978a, p. 9-12), notou sua intenção de construção de uma ampla base de apoio através da força, como ficaria claro em um embate direto com Mussolini em seu único discurso na Câmara dos Deputados, em 16 de

¹⁰ Em junho de 1924, o deputado socialista Giacomo Matteotti (1885-1924), após proferir da tribuna discurso onde denunciava a violência dos bandos fascistas durante o processo eleitoral de abril daquele ano, foi sequestrado e assassinado, abrindo uma grave crise política. A evidente participação dos fascistas naquele crime levou Gramsci a acreditar que o fim de Mussolini estava próximo, pois Gramsci e muitos outros opositores acreditavam que a burguesia, a Igreja e a própria monarquia não manteriam Mussolini no poder (cf. GRAMSCI, 1978b, p. 28-43).

maio de 1925, onde declarou: “O consenso obtido pelos senhores é obtido com um porrete!” (ID., 1978b, p. 84).¹¹

Todavia, a stalinização da Internacional Comunista e a adoção da teoria do “social-fascismo” no VI Congresso em 1928 afastaram a temática do caráter de massas do fascismo por alguns anos. O fascismo passaria a ser utilizado na retórica política dos comunistas para caracterizar a mais ampla variedade de posições no espectro político, que também era resumida à paupérrima definição segundo a qual: “O fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro.” (Cf. DASSÚ, 1985; POULANTZAS, 1972; BROUÉ, 2007, p. 857-897). Como esclareceu Ernest Mandel, tal definição tinha uma precisa função política: qual seja, a de, esquecendo entre outras coisas a base de massas do fascismo, legitimar a teoria stalinista segundo a qual a socialdemocracia seria uma “irmão gêmeo” do fascismo, igualmente serviçal do capital monopolista (MANDEL, 1976, p. 44).¹² Como corolário, as distinções substantivas entre os regimes políticos democrático liberal, ditaduras militares e fascistas seriam apagadas.

Já banido da URSS desde o final dos anos 1920, o principal opositor de Stálin (1878-1953), Leon Trotsky (1879-1940), denunciando as consequências desta linha irresponsável e sectária para o movimento comunista alemão, insistiu na caracterização das distinções entre regimes políticos assumidos pelo Estado capitalista – ditadura militar, bonapartismo, fascismo, democracia parlamentar etc. –, assinalando a necessidade de uma linha política consequente para cada situação específica, chamando atenção para a especificidade do caráter policial do fascismo. Criticou também os socialdemocratas por sua negligência “ao caráter orgânico do fascismo como movimento de massas, oriundo da decadência do capitalismo”, denotando como o revolucionário russo estava atento para a questão (TROTSKY, s.d., p. 195).¹³ Outro dissidente à esquerda, o psicanalista Wilhelm Reich (1897-1957), já a partir de 1932 começou a escrever o trabalho que seria publicado após a tomada do poder

¹¹ Uma descrição desta passagem de Gramsci discursando na tribuna está em Fiori (1979, p. 239-245).

¹² Ver também, Claudin (1985, p. 143-147).

¹³ Sobre a importância e originalidade das formulações deste revolucionário russo sobre o fascismo, cf. Mandel (1976, p. 9-81).

pelos nazistas na Alemanha, com o título de *Psicologia de massas do fascismo*. O título é autoexplicativo.

O sinal evidente de mudança na orientação da Internacional Comunista ocorreu, contudo, só em meados de 1934, quando, com a tarefa de preparar o VII Congresso da Internacional, o búlgaro Georgi Dimitrov (1882-1949)¹⁴ e o italiano Palmiro Togliatti assumiram a proeminência na virada tática dos comunistas para a política das Frentes Populares (Dassú, 1985, p. 320-321). Já em outubro de 1934, Togliatti publicaria na revista *L'Internationale communiste* o artigo “Dov'è la forza del fascismo italiano?”, onde em tom levemente autocrítico abordou a capacidade das organizações fascistas abarcarem “a maioria da população”, incluindo setores da classe operária. Nesse processo de virada na linha dos comunistas, destacou-se o curso ministrado por Togliatti na Escola Leninista em Moscou, entre janeiro e abril de 1935, quando o autor recolocou o caráter de massas do regime fascista como um de seus aspectos definidores. As anotações de seu curso, entretanto, só teriam divulgação pública em 1970, quando foram editadas em forma de livro.¹⁵

Prisioneiro do fascismo, o dirigente comunista Antonio Gramsci também tocou na questão do consenso sob o fascismo, constituindo-se, conforme assinalou o crítico cultural indiano Aijaz Ahmad no trecho em epígrafe, uma das questões que mais moveu as pesquisas de Gramsci em seus afamados cadernos de prisão. Um volume com seus escritos pré-carcerários sobre o fascismo seria publicado em meados dos anos 1960, mas seria propriamente a edição crítica de seus *Cadernos do Cárcere* (a cargo de Valentino Gerratana),¹⁶ a

¹⁴ Dimitrov havia sido preso em 9 de março de 1933 pela polícia política nazista e acusado de ter sido o responsável pelo incêndio do *Reichstag* – o parlamento alemão – ocorrido em 27 de fevereiro daquele ano. Tendo tornado sua própria defesa em um episódio que, além de lhe dar prestígio internacional, denunciou o caráter do regime de Hitler, Dimitrov seria o último presidente da Internacional Comunista (extinta em 1943), assumindo depois o cargo de Primeiro Ministro na República Popular da Bulgária em 1945.

¹⁵ Utilizamos a edição brasileira (TOGLIATTI, 1978). O artigo “Dov'è la forza del fascismo italiano?” foi publicado como anexo deste último volume com o título de “Onde está a força do fascismo italiano?” (IBID., p. 115-137).

¹⁶ Utilizaremos a tradução brasileira (GRAMSCI, 1999/2002), doravante citada como CC seguida do volume e da página, e da referência na edição italiana, citada como Q, seguida do número do caderno e da página.

que proporcionou o maior aprofundamento nos estudos sobre um gama importante de temáticas, entre as quais o fascismo.

A questão do consenso no ambiente cultural italiano

Como já se disse, a questão do consenso como dimensão do poder político remete diretamente à obra de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Embora sempre lembrado como o autor que enfatizou o momento da *força* na formação dos Estados, em *O Príncipe* é possível encontrar formulações matizadas a este respeito, como a de que “Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto os novos como os antigos ou mistos, são as boas leis e as boas armas” (MAQUIAVEL, 2010, p. 86). Em outra passagem deste texto, Maquiavel convoca a metáfora do Centauro, onde a imagem do poder aparece associada a uma combinação daquilo que posteriormente alguns autores definiriam como relação entre coerção e consenso:

“Também deve ser do conhecimento geral que existem duas matrizes de combate: uma, por meio das leis; outra, pelo uso das armas. A primeira é própria dos homens; a segunda, dos animais. Contudo, como frequentemente a primeira não basta, convém recorrer à segunda: por isso um príncipe precisa saber valer-se do animal e do homem. Esse ponto foi ensinado veladamente aos príncipes pelos escritores da Antiguidade, os quais escreveram como Aquiles e tantos outros príncipes antigos foram deixados aos cuidados do centauro Quíron, que os manteve sob sua disciplina. Isso quer dizer que, tendo por preceptor um ser metade animal e metade homem, um príncipe deve saber usar de ambas as naturezas: e uma sem a outra não produz efeitos duradouros.” (IBID., p. 104-105)

Quanto à necessidade de saber utilizar a *força* com destreza, ou seja, o lado *animal*, Maquiavel aprofunda a metáfora assinalando a distinção entre a *raposa* e o *leão*, sendo o *leão* um caminho mais brutal de exercício do poder que, no entanto, é incapaz de se “defender das armadilhas”, enquanto a *raposa*, embora incapaz de proteger-se dos *lobos*, é capaz de defender-se das armadilhas (IBID, p. 105). A astúcia, própria da *raposa*, recomenda que o poder não esteja baseado apenas da *força*.

A retomada de Maquiavel na cultura italiana ocorreria no contexto de formação do Estado nacional no século XIX, particularmente no período do *Risorgimento* (1848-1861) onde se destacou o trabalho de Francesco De Sanctis (1817-1883), cuja obra foi redescoberta por Benedetto Croce (1866-1952) em princípios do século XX, outro que ampliou a circulação de motivos maquiavelianos no ambiente cultural da península (BIANCHI; MUSSI, 2013).

Entre os grandes intelectuais italianos do início do século XX, de Vilfredo Pareto (1848-1923) ao próprio Croce, a questão da capacidade do Estado produzir um consenso ocupou uma posição privilegiada (BIANCHI; ALIAGA, 2011). Não por acaso, foi conjurando Maquiavel que o próprio Mussolini havia tocado no assunto da relação entre *força e consenso* logo depois de ser indicado pelo rei Vittorio Emmanuel III para o cargo de chefe de governo, iniciando a partir de então a liquidação do regime parlamentar. Em suma, entre os materiais que encontraram disponíveis, os marxistas italianos estavam inseridos em um ambiente intelectual onde a temática do consenso não constituía novidade.

Gramsci e o consenso sob o fascismo

Ahmad tem razão ao assinalar o caráter central do fascismo nas reflexões de Antonio Gramsci. Particularmente em sua obra carcerária é difícil encontrar conceitos que não estejam de certo modo relacionados à sua fragmentária teoria do fascismo. A propósito de nossas preocupações, Ahmad sugere que Gramsci escreveu mais frequentemente do que se imagina sobre “os processos que explicam o consentimento de massas a um projeto fascista do que sobre a democracia parlamentar enquanto tal” (AHMAD, 2002, p. 261).

A queixa de Ahmad em relação à displicência deste aspecto na obra de Gramsci não parece infundada quando observamos que, por exemplo, nos anos 1970, boa parte dos usos da noção gramsciana de hegemonia no mundo anglófono não fazia menção ao tema do fascismo.¹⁷ No influente (embora

¹⁷ Perry Anderson (2002, p. 17) arrola os seguintes exemplos: o artigo “Base e superestrutura”, de Raymond Williams (1973), o livro *A terra prometida*, de Eugene Genovese (1974), *A era do capital*, de Eric Hobsbawm (1975), *Senhores e caçadores*, de E. P. Thompson (1975).

datado) ensaio “As antinomias de Gramsci” de Perry Anderson (2002 [1976]),¹⁸ a relação fascismo/hegemonia ficou de fora, e embora Anderson reconheça numa passagem que as classes dominantes sempre desenvolvem historicamente mecanismos para garantir o consentimento dos subalternos (IBID., p. 42-43), o mote principal de suas preocupações era a expectativa ante a possibilidade de Partidos Comunistas europeus estarem em vias de alcançar o poder pela via parlamentar na Itália, França e Espanha.

Contudo, ainda que a reflexão sobre as ideias de Gramsci naquela década estivesse bastante “contaminada” pelo *eurocomunismo*, na Itália apareceram alguns estudos importantes sobre a elaboração do marxista sardo sobre o fascismo. Ainda nos anos 1960, Robert Paris publicou *Histoire du fascisme en Italie* (1962), um trabalho que buscava sistematizar uma interpretação do fascismo a partir das elaborações gramscianas (cf. HOARE, 1963). Todavia, o principal destaque deve ser dado a Franco De Felice (1972),¹⁹ que numa nota de leitura ao *Quaderno 22* (“Americanismo e fordismo”), publicada no jornal comunista *Rinascita*, assinalou a importância neste manuscrito do conceito de *revolução passiva*. Em sua intervenção ao Encontro Internacional do Instituto Gramsci, em Florença, dezembro de 1977, Franco De Felice reafirmaria mais profundamente esse ponto (DE FELICE, 1978). Este autor relacionava o conceito de revolução passiva ao debate sobre o corporativismo fascista, que Gramsci discute no *Quaderno 22* como uma forma de introdução do fordismo na Itália. Para o marxista sardo o fascismo deveria ser entendido como uma forma de resolver a crise de hegemonia aberta na península desde o fim da Grande Guerra Mundial.

Num artigo de 1980, o historiador estadunidense Walter Adamson registrou a evolução da reflexão de Gramsci sobre o fascismo, desde os tempos dos conselhos de fábrica em Turim até seus fragmentários *Cadernos do cárcere*, destacando nesta obra a importância de conceitos como os de *crise de*

¹⁸ Nunca publicado fora da Itália, o livro *L'officina gramsciana* de Gianni Francioni (1984) introduziu o debate metodológico da datação dos escritos carcerários de Gramsci. Lançando mão de ferramentas filológicas com o propósito de reconstruir o ritmo de elaboração conceitual do marxista sardo no cárcere, superou a visão esquemática de Perry Anderson, que em “As antinomias de Gramsci” sugere uma incoerência interna nos escritos de Gramsci sobre a questão da hegemonia. Cf. Frosini (2014).

¹⁹ Apesar do mesmo sobrenome, este autor não tinha qualquer parentesco com Renzo De Felice.

hegemonia/crise orgânica, cesarismo e revolução passiva (Adamson, 1980). Mais recentemente, Donatella Di Benedetto (2001), Carlo Spagnolo (2009) e Fabio Frosini (2011) apensaram contribuições agudas ao tema e tendo retomado as considerações de Franco De Felice mencionadas há pouco. Estes materiais parecem-nos um bom ponto de partida para pensar a categoria do consenso sob o fascismo, começando por uma sumária exposição deste quadro conceitual.

Preliminarmente é necessário lembrar um aspecto fundamental da teoria política gramsciana: em um processo hegemônico, tem lugar, necessariamente, uma relação dialética entre elementos de *direção* com os de *domínio, consenso e coerção* respectivamente. Enquanto é possível obter o consenso “espontâneo” de amplas camadas da população pelo grupo fundamental dominante, a coerção é destinada aos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas é também constituída para o conjunto da sociedade “na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (GRAMSCI, CC, 2, p. 21; Q 12, p. 1519). Como esclarecem Bianchi e Aliaga,

“a hegemonia política e cultural de uma determinada classe se caracteriza pela construção de uma direção consentida entre os grupos aliados na sociedade civil e pela coerção por meio do aparelho repressivo de Estado sobre os grupos que não consentem nem ativa nem passivamente. Nesse sentido, o consenso permite à classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante” (BIANCHI; ALIAGA, 2011, p. 28).

Deste modo, podemos concluir que tal relação de unidade/distinção entre *coerção* e *consenso* decorre do fato de que numa sociedade classista não é possível um *consenso* total, sobre todos os grupos sociais, até por que, se algo assim fosse possível, estaria cancelada historicamente a necessidade de um Estado.

Em suas considerações sobre Maquiavel, Gramsci recolhe deste aquilo que denomina de “dupla-perspectiva”, a partir da recuperação da metáfora do Centauro que o secretário florentino utilizou para indicar a necessidade do “Príncipe” saber utilizar as “duas naturezas”, “humana” e “animalesca”, para um eficiente governo. De acordo com Gramsci, essa dialética maquiaveliana corresponde

“à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (GRAMSCI, CC, 3, p. 33; Q 13, p. 1576).

De nenhum modo, o marxista sardo consideraria possível um poder político baseado apenas no consenso, mas sempre a partir de uma relação dialética de unidade/distinção com o elemento coercitivo.²⁰ Em comentário a essa questão na obra gramsciana, precisamente ao trecho citado, um estudioso de Gramsci escreveu:

“A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção” (BIANCHI, 2008, p. 190).

É certo que nas sociedades por Gramsci chamadas de Ocidentais, a relação entre a sociedade civil e o Estado era mais apropriada, “e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil”; enquanto que nas sociedades Orientais, “o Estado era tudo, [e] a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI, CC, 3, p. 262; Q 7, p. 866).²¹ O que implica que o processo de dominação nas sociedades Ocidentais decorre de uma combinação complexa entre o Estado *stricto sensu* e uma rede de instituições vulgarmente chamadas de privadas e que abarcam a sociedade civil, espaço de

²⁰ Sobre a recorrência dessa questão entre leitores de vários matizes da obra maquiaveliana, cf. Bianchi e Aliaga (2011).

²¹ “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional.” (GRAMSCI, CC, 3, p. 262; Q 7, p. 866).

conflito e acomodação entre as classes e principalmente entre frações da classe dominante.

Não menos importante nisso é que, ao contrário de uma leitura apressada, um exame mais atento da lavra gramsciana não permite estabelecer uma relação aritmética entre *coerção* e *consenso*, como se um recrudescimento dos elementos de *consenso* pudesse implicar numa diminuição da *coerção* nos Estados capitalistas, e vice-versa. Parece ser o fascismo uma forma de regime que de modo categórico nega tal possibilidade por combinar de maneira bastante singular uma alta dose de coerção e boa dose de consenso.

Sobre a interpretação gramsciana do fascismo, um ponto importante é o entendimento da sua raiz estrutural localizada na forma da revolução burguesa na Itália, particularmente no período do chamado *Risorgimento*, quando, através de uma série de manobras diplomáticas e com o apoio do regime bonapartista de Luís Bonaparte, Cavour liderou o processo de unificação italiana sob a casa monárquica do Piemonte.

Tal forma de transformação “pelo alto” Gramsci procurou entender recorrendo a uma ideia presente no livro *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli* de Vincenzo Cuoco (1801): *revolução passiva* (DE FELICE, 1978; BIANCHI, 2008, p. 253-296). No entendimento do desenho das reformas empreendidas na estrutura política pela chamada revolução napolitana de 1799, Cuoco diz ter ocorrido uma revolução passiva através do resultado combinado de dois fatores: o impacto da Revolução Francesa a partir da expansão napoleônica e a ausência de uma iniciativa popular de tipo jacobina. Incorporava-se em Nápoles o legado iluminista cujo centro de irradiação era a França sem que fosse necessário passar pelo “calvário” da revolução propriamente dita.

A este conceito de revolução passiva Gramsci incorporou o sentido dado pelo historiador francês Edgar Quinet para o período da Restauração bourbônica (1815-1830), como de uma “revolução-restauração”. Para Gramsci, no período da Restauração o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas continuou, ou, o que corresponde ao mesmo, a forma de sociabilidade burguesa continuou a se expandir. Disto resulta um conceito que pode descrever tanto momentos históricos específicos, como a revolução napolitana de 1799, quanto épocas históricas inteiras, como o *Risorgimento* italiano, período entre a

Revolução de 1848 até a formação do moderno Estado italiano em 1861.²² Gramsci estende o conceito de revolução passiva na compreensão de dois fenômenos do século XX, o fascismo e o americanismo, entendendo-os cada um como uma forma específica da burguesia em dar uma saída capitalista para a crise do capitalismo.

Sobre a raiz imediata da crise que corresponde à emergência do fascismo, Gramsci a localiza na Grande Guerra Mundial, que produziu uma série de fenômenos que desembocaram na crise orgânica do pós-guerra, com a ruptura entre as classes e suas representações tradicionais:

“Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada pelos homens providenciais e carismáticos” (GRAMSCI, CC, 3, p. 60; Q 13, p. 1602-1603).

Quem senão Mussolini como “homem providencial” e carismático poderia estar sendo aludido nesta passagem? A nota, contudo, toca em pontos mais profundos do entendimento da natureza do fascismo. Em primeiro lugar, as forças mobilizadas que tiveram a experiência catastrófica da guerra, que oferecem a base social das tropas de choque formadas por ex-combatentes, que atacam as organizações operárias, socialistas, de trabalhadores rurais: o chamado *squadrismo*. Em resposta à insurgência operária manifestada no *Biennio Rosso* (1919-1920), que acabaria contornada pelo acordo espúrio celebrado entre o governo Giolitti, a direção reformista do Partido Socialista e os patrões, parte das classes proprietárias opta pelo *squadrismo*, que foi uma das correntes que constituíram o Partido Nacional Fascista (PNF).

²² “(...) a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco”. (GRAMSCI, CC, 5, p. 63; Q 19, p. 2011).

Em segundo, o revisionismo do marxismo feito por Sorel, que foi bastante influente no sindicalismo revolucionário²³ e também expresso na ruptura do jovem líder socialista Benito Mussolini com o PS por conta de sua defesa da entrada da Itália na Guerra Mundial. A crise do regime liberal parlamentar acaba tendo uma solução provisória com a nomeação de Mussolini pelo rei em 1922, mesmo o PNF não possuindo maioria no Parlamento. Somente nas eleições de 1924 o PNF se tornaria o maior partido italiano, em um pleito marcado por um clima de intimidação e ações violentas perpetradas pelos bandos fascistas contra os socialistas, operada com a conivência da burguesia, das Forças Armadas e da Monarquia.

A ascensão do fascismo é assim resultante de uma crise de hegemonia do regime liberal parlamentar que culminou numa ditadura *cesarista*. Para este último termo, Gramsci lança mão das obras de Marx sobre a história da França, particularmente *18 Brumário de Luís Bonaparte*, onde o autor trata de uma situação histórica onde uma revolução derrotada (1848) conduz a uma crise que acaba por se resolver pela imposição do poder de uma personalidade. Contudo, enquanto episódios semelhantes no passado conduziram ao poder autocratas que consolidaram conquistas das revoluções burguesas, como Oliver Cromwell durante a Revolução Inglesa do século XVII e Napoleão Bonaparte consolidando e expandindo militarmente os efeitos da Revolução Francesa do final do XVIII, Luis Bonaparte representou justamente a derrota daquela revolução. A burguesia francesa, dividida anteriormente entre as casas dinásticas e a sua fração republicana, prefere abrir mão do poder político para preservar sua dominação econômica, tornando-se naquela situação o Estado francês extremamente autônomo em relação às classes sociais (incluindo a dominante), constituindo o fenômeno do *bonapartismo*.

²³ Bastante influenciado pelas teses revisionistas do francês George Sorel (1847-1922), o sindicalismo revolucionário surgiu como uma dissidência do Partido Socialista Italiano na primeira década do século XX. Alguns membros deste grupo, como Angelo Oliviero Olivetti (1874-1931) e Edmondo Rossoni (1884-1965) aproximaram-se das posições do nacionalismo intervencionista, de corte imperialista, que emergiu no contexto da guerra contra Turquia, em 1911, e posteriormente iriam se integrar no Partido Nacional Fascista. O historiador israelense Zeev Sternhell foi um dos que chamaram atenção para essa componente na formação da ideologia fascista. Ver a obra coletiva *Nascimento da ideologia fascista* (STERNHELL; SZNAJDER; ASHÉRI, 1995). Sobre a crítica marxista de Gramsci ao revisionismo de Sorel, ver Galastri (2015).

Atento a esta leitura, Gramsci busca entender a particularidade do cesarismo do século XX que, no entanto, por ser moderno, deve ser capaz de estabelecer elementos de direção intelectual e moral sobre a sociedade, aparecendo aí uma primeira pista nas elaborações gramscianas em relação ao tema do consenso sob o fascismo:

“o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial” (ID., CC, 3, p. 79; Q 13, p. 1622).

Isto relaciona-se diretamente com as modificações instituídas pelas experiências fascistas, cujo raio de ação é muito mais abrangente que nas pretéritas formas de regime autocrático. Ainda segundo ele,

“O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna ‘totalitária’” (ID., CC, 5, p. 139; Q 25, p. 2287).

Todavia é na caracterização do fascismo como capaz de realizar uma “revolução passiva” onde Gramsci explicita sua relação com a questão da hegemonia, e portanto, do consenso. Em comentário crítico à historiografia de Benedetto Croce, particularmente sobre o livro *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*, Gramsci observa os contornos sutis do projeto político croceano, que no que se refere à história italiana, realiza uma leitura positiva do papel da *Destra storica* [direita histórica] no processo político da península no século XIX, da unificação nacional ao governo de Giovanni Giolitti, que esteve à frente de sucessivos gabinetes na década anterior a entrada da Itália na Grande Guerra.

Indaga Gramsci se não seria o fascismo o agente capaz de tornar possível uma prática política semelhante à da *Destra storica* no século XX, realizando uma “revolução passiva”.

“ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais” (Id., CC, 1, p. 299; Q 10, p. 1228).

Assim, Gramsci relaciona a revolução passiva promovida pelo regime de Mussolini ao seu elemento de transformação do livre-cambismo para uma “economia de comando”, garantida pelo intervencionismo estatal e pela estrutura corporativista erigida pelo fascismo. Na sequência, o marxista sardo discute como tal política concorre para que o regime fascista estabeleça uma situação hegemônica, soldando os laços entre a base social do fascismo, a pequena burguesia urbana e rural, e o grande capital. Continuando a citação anterior, lê-se:

“Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para *manter o sistema hegemônico* e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais” (Id., CC, 1, p. 300; Q 10, p. 1228, grifo nosso).

Em suma, deixando de lado sua eficiência em restaurar as condições da acumulação capitalista – que depois Gramsci acabaria admitindo (Cf. VACCA, 2012, p. 226-231) – o fascismo teria inscrito essa capacidade hegemônica.

Num influente ensaio da segunda metade dos anos 1970, Franco De Felice esclareceu que para Gramsci a questão fundamental para a conquista da hegemonia no regime fascista está também no *partido* (o “moderno Príncipe”, como insiste o sardo), e daí sua relação com o conceito de crise orgânica que apresenta esta exigência, ao contrário das formas do cesarismo clássico:

“a mecânica da solução cesarista se complica na medida em que implica o envolvimento de amplos setores sociais, de uma reclassificação das relações entre eles, de uma “explicitação” das relações entre aparelhos do Estado e camadas sociais em que afundam a sua raiz absolutamente desconhecida no passado [...] O ponto mais significativo desta ligação entre cesarismo e transformação do Estado é a determinação do partido como canal fundamental desta reorganização do bloco dominante e instrumento de guerra de posição” (De Felice, 1978, p. 223).

E a seguir, arremata a questão, assinalando a mudança no papel do partido em situações “totalitárias” como sob o fascismo: “as suas funções não são mais aquelas puramente políticas, mas “técnicas de propaganda, de polícia, de influência moral”; conseqüentemente tende a acentuar o seu caráter de organismo pretoriano, de canal de organização militar e passiva do *consenso*” (IBID., p. 225, grifo nosso).

Há assim uma evidente problematização da natureza do consenso existente sob o regime fascista italiano na obra de Gramsci, não se constituindo em nenhum tabu que supostamente estaria em desacordo com a tradição teórica marxista. Vejamos agora como outro comunista italiano tratou dessa mesma questão.

Togliatti e suas lições sobre o fascismo

A contribuição de Togliatti para o estudo do fascismo ainda não foi devidamente valorizada pela historiografia. Embora seu nome seja lembrado como o de um marxista que produziu uma caracterização mais rica do fenômeno do que seus contemporâneos da Internacional Comunista, aspectos importantes do fenômeno fascista que mereceram estudos densos nem sempre reconheceram o pioneirismo das reflexões togliattianas. É certo que sobre essa

questão do consenso sob o fascismo, suas lições de 1935 são mencionadas no volume *Gli anni del consenso* de Renzo De Felice (ID., 1974, p. 193, 199, 292), por exemplo. Como pretendemos demonstrar nas linhas a seguir, as lições togliattianas são de fato um marco importante pela profundidade da contribuição teórica ao entendimento daquele fenômeno no contexto italiano.

Operado num nível de abstração distinto do de Gramsci, Togliatti arrola uma caracterização abrangente das modificações que o regime fascista estabeleceu na vida social italiana, através da criação de uma série de instituições que buscaram enquadrar a trajetória dos indivíduos desde o nascimento até a morte, e que de forma eficiente eram capazes de organizar o tempo livre fora do trabalho, tanto quanto enquadrar os trabalhadores no interior dos sindicatos corporativistas, *et pour cause*, melhorar as condições para a acumulação capitalista.

Os alunos de Togliatti eram em sua maioria operários comunistas italianos, exilados como ele em Moscou e interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a natureza do regime que buscavam combater. Um desses alunos, Giuseppe Gaddi, fez as anotações a partir das quais as elaborações de Togliatti puderam ser mais tarde editadas em forma de livro, por Ernesto Ragionieri.

Pela posição ascendente que ocupava na Internacional Comunista, Togliatti buscou apresentar sua contribuição como se esta fosse uma conclusão da célebre passagem cominterniana sobre o fascismo – “O fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro” –, prestando um tributo a essa “teoria”. Desde o início de sua exposição, a abordagem destaca o caráter de massas do regime fascista, mas sua contribuição mais significativa é o detalhamento em relação à função das novas estruturas criadas pelo fascismo, como é o caso do próprio Partido Nacional Fascista (PNF), lembrando que desde 1932, para o exercício de qualquer emprego público, era necessária a inscrição no mesmo (TOGLIATTI, 1978, p. 42).

Enquanto a *Opera Nazionale Balilla*, criada em abril de 1926, objetivava “unificar, educar, doutrinar e disciplinar crianças até 14 anos de idade”, os *Fasci Giovanili di Combattimento*, criados em outubro de 1930, organizava jovens de 18 aos 21 anos como reserva para os quadros do PNF. Como uma organização

de base pequeno-burguesa, as organizações juvenis foram fundamentais também como componente da mobilização permanente criada pelo regime fascista.

Contudo, de acordo com Togliatti, a principal organização de massas do fascismo eram os sindicatos corporativistas (IBID., p. 55). O dirigente comunista assinala a capacidade de Mussolini, um ex-dirigente socialista, de operar uma política para a classe operária. E lembra também da importância de correntes sindicais que confluíram na formação do fascismo, como já lembrado acima.

E se os sindicatos são as principais organizações de massas do regime, diz Togliatti, a mais ampla foi a *Opera Nazionale Dopolavoro*, criada para organizar o tempo livre da classe operária, especialmente na promoção de atividades recreativas, esportivas, artísticas e culturais (IBID., p. 69-81). Tratava-se da organização do tempo livre fora do trabalho, inspirado no modelo americano de organização científica do trabalho, denotando aqui um ponto em comum com Gramsci, que havia desenvolvido uma reflexão sobre isso em seu caderno “Americanismo e fordismo”, e que Togliatti não conhecia, naquela ocasião.²⁴ Por todo território da península espalhou-se uma rede de sedes do *Dopolavoro*, dos grandes centros industrializados às mais remotas regiões rurais, e aos próprios comunistas fora recomendado por Togliatti que ingressassem e participassem de tais organizações, assim como dos próprios sindicatos corporativos, como forma de estabelecer contato mais efetivo com a massa operária e popular.

O tema do *Dopolavoro* como um dos mecanismos de construção do consenso foi aprofundado por Victoria De Grazia em trabalho publicado no início dos anos 1980, onde é reconhecida a contribuição de Togliatti (DE GRAZIA, 1981, p. 233). Todavia, em uma pesquisa mais recente sobre o mesmo assunto, num capítulo há poucos anos publicado no Brasil de autoria de Patrizia Dogliani (2010), não há nenhuma referência aos *insights* sobre as organizações de massas do fascismo discutidas nas lições togliattianas de 1935, apenas ao fato das elaborações do comunista italiano do fascismo – como um “regime reacionário de massas” – serem mais profundas que aquela emanada da Internacional. Como vimos, a contribuição togliattiana é bem maior.

²⁴ O *Quaderno* 22 foi escrito entre 1932 e 1934.

A riqueza de questões trazidas pelas elaborações dos marxistas italianos é enorme, e as antecipações de temáticas com as quais a historiografia iria trabalhar algumas décadas depois, impressionante. A semelhança entre as questões elaboradas por Gramsci e Togliatti é evidente, como corretamente apontou Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 29), embora possamos também dizer que suas análises estão em níveis de abstração distintos, até pelos limites impostos pela censura fascista ao trabalho de Gramsci, como também pela natureza do curso lecionado por Togliatti. A ideia de que o corporativismo fascista estava sendo implementado com vistas a incorporar na economia italiana elementos de “planificação”, que como vimos Gramsci discute em “Americanismo e fordismo”, é similarmente contemplada por Togliatti (TOGLIATTI, 1978, p. 104-105). Em sua biografia do líder comunista, Aldo Agosti assinala também que no exame dos sindicatos fascistas e do *Dopolavoro*, Togliatti chegou bem perto das conclusões de Gramsci presentes nos *Cadernos do cárcere*, cujo conteúdo Togliatti ainda não havia tomado conhecimento (AGOSTI, 2008, p. 98-99).

No entanto, é preciso lembrar a tensa relação existente entre Gramsci e Togliatti pelo menos a partir do ponto em que o dirigente italiano em Moscou “adere” à tese do “social-fascismo”, levantada pelo VI Congresso da Internacional (1928), uma posição rejeitada pelo marxista sardo. Como lembra Guido Liguori, foi justamente no contexto de 1928-1934 que houve um afastamento significativo entre os dois comunistas italianos (LIGUORI, 2007, p. 186-187). Embora uma memória laudatória do PCd’I tenda a apagar as contradições de Gramsci com a linha da Internacional naquele período,²⁵ uma leitura mais atenta dos seus *Cadernos* revela uma profunda polêmica do marxista sardo com aquela linha da IC. A problemática edição póstuma da obra carcerária de Gramsci entre 1948 e 1951, feita por ninguém menos que o próprio Togliatti, teria reforçado a imagem de um Gramsci bem integrado aos postulados emanados de Moscou e ao próprio stalinismo durante seus últimos anos de vida.

²⁵ Cujo exemplo mais evidente é a própria leitura que Togliatti realizará da obra gramsciana após a Segunda Guerra Mundial.

Considerações finais

Sobre o pioneirismo defeliciano nos estudos acadêmicos sobre o apoio social ao fascismo, é preciso sempre pôr em dúvida certas meta-narrativas que se constroem regularmente entre os intérpretes da história da historiografia. Há sempre um valorização de certas linhas interpretativas, o silenciamento de certas contribuições (especialmente num campo prolixo como o de estudos sobre o fascismo) e um suceder de paradigmas cujo postulado subjacente é o de que as obras mais recentes são necessariamente melhores.

Ao longo deste artigo buscamos demonstrar que no âmbito acadêmico Chabod já havia falado do apoio social ao fascismo antes que De Felice, e a consciência sobre esse problema estava presente entre os contemporâneos, fossem da oposição, como Gramsci e Togliatti, ou de intelectuais do próprio regime, como Giovanni Gentile. E poderíamos sem muito receio estabelecer que a própria proposição do termo *consenso* na obra de Renzo De Felice para tratar do apoio social ao regime fascista inscreve-se num certo ambiente intelectual impregnado de noções gramscianas, como o era o da Itália dos anos 1960-1970.

Por outro lado, foi possível demonstrar que a leitura de Renzo De Felice sobre o consenso sob o fascismo é bem diferente da dos marxistas italianos discutidas aqui em vários aspectos. Em primeiro lugar porque, para o historiador italiano todos os marxistas padeciam da redução do fenômeno a uma “ditadura do grande capital”,²⁶ o que inclui Gramsci e Togliatti, que certamente em suas elaborações pressupunham a natureza capitalista do fenômeno fascista, embora isso nem sempre pudesse se explicitar com todas as letras (como no caso evidente de Gramsci). Ao contrário, Renzo De Felice busca negar qualquer relação mais profunda entre o fascismo e o capitalismo italiano (NATOLI, 2005), sendo o caráter pequeno-burguês do movimento sempre usado para justificar isso.

A propósito, negar a relação do capitalismo com os fenômenos políticos contemporâneos tornou-se um procedimento padrão, sob o epíteto de “economicista” para qualquer intérprete que, por exemplo, assinale as evidentes relações entre os regimes fascistas do entreguerras e o grande capital. É como se

²⁶ Conferir sua opinião sobre a contribuição marxista em De Felice (1977, p. 56-87).

o fascismo estivesse mesmo além do capitalismo e do socialismo, como pregavam seus ideólogos. Nesse sentido, o trabalho de De Felice é só mais um daqueles escritos por influentes autores que num plano mais geral acabam por absolver o capitalismo como uma das razões desses processos históricos traumáticos na modernidade.

Voltando a Gramsci, se é verdade que a partir de sua fragmentária teoria sobre o fascismo é possível enquadrar de forma adequada a relação entre consenso e coerção, fica a questão de se é possível considerar que o fascismo italiano foi capaz de produzir uma dominação hegemônica. Nesse ponto cabe lembrar a contribuição de Nicos Poulantzas, para quem os regimes ditatoriais (fascistas, bonapartistas, ditaduras militares etc.) pressupõem a existência de uma *crise de hegemonia* (POULANTZAS, 1972). Nesse ponto, a resposta parece ser negativa.

É possível, contudo, sustentar o contrário, e pelo menos em relação ao fascismo italiano, como resposta à crise, afirmar que este foi capaz de recompor a hegemonia das classes dominantes italianas, ainda que esta hegemonia tenha se demonstrado frágil num prazo médio: não resistiu à guerra mundial, tal como o regime que o antecederia. Antes de sua prisão, Gramsci insistiu no fato de que o fascismo não seria capaz de “fazer época”, ou seja, não seria capaz de fornecer uma resposta num prazo longo. É preciso lembrar que, já no cárcere, no texto “Americanismo e Fordismo” (GRAMSCI, CC, 4, p. 242; Q 22, p. 2140) indagava se a forma americana de superação da crise seria mais estável, podendo constituir: 1) uma “época” de acordo com um desenvolvimento gradual típico das “Revoluções Passivas”?; ou se, 2) ao contrário, as contradições do modo de produção capitalista aprofundar-se-iam de tal modo que desembocariam numa revolução de tipo “francesa” – ou seja, ativa, popular e de sentido socialista?

É preciso lembrar que Gramsci explicitamente se opôs à leitura economicista e catastrofista da Internacional Comunista, que insistia na tese da inevitabilidade histórica do socialismo e colapso iminente do capitalismo. Se este autor acreditava que, num prazo longo, o destino do capitalismo era acabar – que, num plano alto de abstração, como forma de sociabilidade histórica, deve ser superado –, Gramsci foi um dos poucos entre os marxistas daquela época a perceber que o próprio capitalismo estava encontrando formas de superar sua

crise, preparando um novo ciclo expansivo. Nesse sentido, mesmo considerando que o fascismo tenha oferecido uma resposta capitalista para a crise do capitalismo, tal resposta tinha seus limites históricos. E no que concerne ao equilíbrio entre coerção e consenso, não resta dúvida que em comparação com o regime democrático liberal estadunidense sob o governo Franklin D. Roosevelt, o fascismo italiano produziu muito menos consenso.

Referências bibliográficas

- ADAMSON, W. Gramsci's interpretation of Fascism. *Journal of the History of Ideas*, v. 41, n. 4, p. 615-633, out.-dez., 1980.
- AGOSTI, A. *Palmiro Togliatti: a biography*. Nova York: I.B. Tauris & Co. Ltd., 2008.
- AHMAD, A. Fascismo e cultural nacional: lendo Gramsci nos tempos da *Hindutva*. In. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 249-287.
- ALBANESE, G.; PERGHER, R. Introduction: Historians, fascism, and Italian society: mapping the limits of consent. In.: ALBANESE, G.; PERGHER, R. (org.). *In the society of fascists*. Acclamation, Acquiescence, and Agency in Mussolini's Italy. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.
- ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. In. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002 [1976].
- BIANCHI, A. *O Laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIANCHI, A.; ALIAGA, L. Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 17-36, jan.-jun., 2011.
- BIANCHI, A.; MUSSI, D. *Il Principe* e seus contratempos: De Sanctis, Croce e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 12, p. 11-42, set.-dez., 2013.
- BLINKHORN, M. *Mussolini e a Itália fascista*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista – 1919-1943*. Da atividade política à atividade policial (e anexos). São Paulo: Sunderman, 2007.
- CALLEJA, E. G. Los apoyos sociales de los movimientos y regímenes fascistas em la Europa de entreguerras: 75 años de debate científico. *Hispania*, Madri, LXI/1, n. 207, p. 17-68, 2001.

- CANALI, M. Il revisionismo storico e il fascismo. *Cercles – Revista d’història cultural*, Barcelona, n.14, p. 82-109, 2011.
- CHABOD, F. *História do Fascismo Italiano*. Lisboa: Arcádia, 1963 [original em francês *L’Italia contemporanea (1918-1948)*, 1950].
- CLAUDIN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global, 1985. v. 1
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DASSÚ, M. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In.: HOBBSBAWM, E. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6
- DE FELICE, F. Una chiave di lettura in “Americanismo e fordismo”. *Rinascita*, n. 42, 1972.
- _____. Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci. In.: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DE FELICE, R. *Mussolini Il Duce I: Gli anni del consenso*. Turim: Einaudi, 1974.
- _____. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- _____. *Mussolini Il Duce II: Lo stato totalitário*. Turim: Einaudi, 1981.
- _____. *Entrevista sobre o fascismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- DE GRAZIA, V. *The culture of consent*. Mass organization of leisure in fascist Italy. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- DI BENEDETTO, D. Americanismo e corporativismo em Gramsci. *Novos Rumos*, São Paulo, a. 16, n. 35, p. 11-19, 2001.
- DOGLIANI, P. Consenso e organização do consenso na Itália fascista. In.: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FIORI, G. *A vida de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRANCIONI, G. *L’officina gramsciana. Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del carcere”*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- FROSINI, F. Fascismo, Parlamentarismo e luta per il comunismo in Gramsci. *Critica Marxista*, Roma, n.5, p. 29-35, 2011.
- _____. Gramsci’s ‘Non-contemporaneity’. Reflections on Peter Thomas’s *The Gramscian Moment. Historical Materialism*, Londres, n. 22, v. 2, p. 117-134, 2014.

- GALASTRI, L. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- GELLATELY, R. *The Gestapo and German Society: enforcing racial policy (1933-1945)*. Nova York: Oxford University Press, 1990.
- _____. *Apoiando Hitler. Consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011 [2001].
- GENTILE, E. *Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.
- _____. Renzo De Felice: a tribute. *Journal of Contemporary History*, Wisconsin-Madison, v. 32, n. 2, p. 139-151, 1997.
- _____. *El culto del littorio. La sacralización de la política en la Italia fascista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 1975. 4v.
- _____. *Socialismo e Fascismo*. Turim: Einaudi, 1978a.
- _____. *La Costruzione del Partito Comunista*. Turim: Einaudi, 1978b.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6v.
- HOARE, Q. What is Fascism? *New Left Review*, v. 1, n. 20, p. 99-111, 1963.
- KERSHAW, I. *The "Hitler Myth. Image and Reality in the Third Reich*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- _____. *Hitler – um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- LVOVICH, D. A questão do consenso durante a ditadura militar argentina: problemas metodológicos e contextos historiográficos (1976-1983). In.: Barbosa, C. A. S.; Beired, J. L. B. (org.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- MANDEL, E. *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MAYER, A. *Dinâmica da contra-revolução na Europa 1870-1956*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MUSSOLINI, B. *Opera Omnia di Benito Mussolini*. Florença: La Fenice, 1956a. v. XIX.
- _____. *Opera Omnia di Benito Mussolini*. Florença: La Fenice, 1956b. v. XX.

- NATOLI, C. El fascismo y el antifascismo en la historiografía y en la esfera pública de la Italia republicana. *Historia del Presente*, n. 6, p. 153-168, 2005.
- PAINTER Jr., B. W. Renzo De Felice and the Historiography of Italian Fascism. *American Historical Review*, Chicago, v. 95, n. 2, p. 391-405, 1990.
- PARIS, R. *Histoire du fascisme en Italie: des origines à la prise du pouvoir*. Paris: Maspero, 1962.
- PAXTON, R. O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PEUKERT, D. *Inside Nazi Germany. Conformity, Opposition and Racism in Everyday Life*. Londres: Batsford, 1987.
- POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972.
- QUAZZA, G. *Resistenza e storia d'Italia*. Milão: Feltrinelli, 1976.
- ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3v.
- REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SPAGNOLO, C. Fascismo. In.: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). *Dizionario gramsciano*. Roma-Bari: Carocci, 2009.
- STERNHELL, Z.; SZNAJDER, M.; ASHÉRI, M. *Nascimento da ideologia fascista*. Lisboa: Bertrand, 1995.
- TOGLIATTI, P. *Lezione sul fascismo*. Roma: Riuniti, 1970.
- _____. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- TRAVERSO, E. *La historia como campo de batalla. Interpretar las violências del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 105-143.
- TROTSKY, L. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. Lisboa; Porto; Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- VACCA, G. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci (1926-1937)*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.